

pão e cravos

Jornal de Jovens do Bloco
n.º 17, junho/julho 2020



E AGORA, MARCHAMOS?

Miguel Martins

**História do
1º de Maio**
Raquel Vitorino

**Covid e o vírus do
desinvestimento**
Beatriz Simões
e Jorge Albuquerque

**Luis Sepúlveda - A luta
que não deixa esquecer**
Catarina Ferraz

**“Tudo o que era sólido e
estável desvaneceu-se no ar”**
Tomás Marques



ÍNDICE

página 3 // História do 1º de Maio [Raquel Vitorino](#)

página 4 // E agora, marchamos? [Miguel Martins](#)

página 6 // Covid e o vírus do desinvestimento
[Beatriz Simões](#) e [Jorge Albuquerque](#)

página 7 // Luis Sepúlveda - A luta que não deixa esquecer [Catarina Ferraz](#)

página 8 // "Tudo o que era sólido e estável desvaneceu-se no ar" [Tomás Marques](#)

página 10 // Breves

página 11 // Agenda

Foto Capa: [Clem Onojeghuo @ Unsplash](#)

EDITORIAL

Depois da primeira onda da pandemia que assolou o mundo em 2020, os países que souberam ouvir a comunidade científica e tomaram medidas para conter a Covid-19 estão agora a voltar às ruas. Portugal é um desses países e, nesta edição do Pão e Cravos, analisamos como o Governo quer o regresso à normalidade, normalidade essa que não satisfaz nem o ensino, nem o trabalho.

Esta pandemia é uma tempestade: enquanto as classes mais ricas e as grandes empresas privadas se esconderam nas suas fortalezas seguras, quem vive em condições precárias não tem refúgio. Muitas ainda tiveram o desplante de exigir apoios ao Estado enquanto distribuem dezenas de milhões de euros em dividendos. Parece nunca haver dinheiro para melhorar as condições de vida da classe trabalhadora, mas para salvar Bancos há sempre dinheiro, como agora se viu com o caso do Novo Banco. Parece que a garantia social só se aplica a quem tudo tem não a quem trabalha sem condições decentes, mesmo durante uma pandemia.

Nesta edição ainda analisamos como os problemas do Ensino Secundário e Superior se agravaram com a crise da pandemia que, de novo, afetou muito mais negativamente quem já tinha dificuldades económicas e quem pertence a grupos que, em pleno século XXI, ainda sofrem discriminação social. As respostas do Governo do PS não foram suficientes antes da pan-

demia e são agora irrisórias em comparação com as reais necessidades da comunidade estudantil.

Não podemos marchar pelos direitos LGBTI+ da mesma maneira que temos feito todos os anos, mas, ainda assim, o mês do orgulho LGBTI+ não passou sem ser assinalado, como exploramos, também, nesta edição do Pão e Cravos. Finalmente, prestamos também homenagem ao autor Luís Sepúlveda e à história do 1º de maio, o movimento da classe trabalhadora, tão relevante durante esta pandemia.

O regresso do ativismo às ruas, neste contexto de pandemia, estreou-se com o 1º de maio e com o 6 de junho, impulsionado pelo movimento internacional #BlackLivesMatter, que ganhou enorme momentum depois da morte de George Floyd. As manifestações que se seguiram nos EUA revelaram as cores de uma presidência autoritária, disposta a mobilizar militares para impedir que se partisse montras de lojas, mas relutantes em usar os mesmos recursos para combater a pandemia. Em Portugal, curiosamente, parece haver pessoas mais preocupadas com o contágio do vírus nas manifestações recentes, do que com as pessoas que durante toda a pandemia foram forçadas a andar em transportes públicos, sem distância de segurança possível, por fazerem "trabalho essencial" e porque "o país não pode parar". Onde está a "garantia social" dessas pessoas enquanto andamos a resgatar bancos?



HISTÓRIA DO 1º DE MAIO

Raquel Vitorino

O Dia do Trabalhador é uma data comemorada a nível internacional que celebra os trabalhadores de todo o mundo e simboliza a luta da classe operária. A sua origem remonta a 1886, lembrando a morte de vários manifestantes em Chicago que reivindicavam a redução do horário da jornada de trabalho, de 12 para 8 horas.

Nesse mesmo ano, houve uma forte adesão à greve geral que ocorreu no dia 1 de maio e que contou com cerca de 350 000 trabalhadores norte americanos. Esta greve foi impulsionada por sindicalistas anarquistas que, após vários conflitos entre manifestantes e indivíduos contratados pelo governo para romper a greve, resultou na morte de vários grevistas e na detenção de muitos outros.

Passados três anos desta greve geral, em 1889, reuniu-se em Paris a Segunda Internacional Socialista. O propósito desta reunião seria o de convocar anualmente uma manifestação pela reivindicação dos direitos e melhores condições laborais da classe operária. Resultado disto foi a organização de várias manifestações anuais no já nosso conhecido 1º de Maio.

Anos mais tarde, no Brasil, em julho de 1917, deu-se uma Greve Geral de trabalhadores do comércio e da indústria. As migrações de trabalhadores europeus para o Brasil, que se viam obrigados a fugir aos desastres causados pela Primeira Guerra Mundial, contribuiu de forma significativa para a politização da classe operária brasileira. Contudo, nem todos encontraram no Brasil as condições que procuravam.

Muitos dos trabalhadores italianos imigrantes substituíram a mão de obra escrava no Brasil, em estados como São Paulo. Descontentes com o trabalho

a que estavam sujeitos, os operários italianos começam a estabelecer contactos com outros operários de outras áreas, dando origem à fundação de sindicatos e à mobilização e organização de trabalhadores que se juntaram para combater a precariedade e reivindicar direitos laborais. O grande objetivo destas mobilizações era o de utilizar a greve como uma arma contra a exploração dos trabalhadores pelas classes média e alta brasileiras, lutando assim pela emancipação da classe operária.

Ao longo de vários anos e em vários países, a luta dos trabalhadores tem vindo a conceder à classe operária as suas reivindicações. As jornadas de trabalho são reduzidas para um máximo de 8 horas, os salários são aumentados, é posto fim à mão de obra infantil e são garantidas melhores condições nos locais de trabalho. Exemplos disso são a proclamação do dia 1 de maio como feriado nacional em França, em 1919, e posteriormente na União Soviética, em 1920.

Em Portugal, o 1º de maio foi celebrado livremente pela primeira vez em 1974, apenas alguns dias depois da Revolução dos Cravos. Após a queda da ditadura fascista do Estado Novo, as comemorações do Dia do Trabalhador deixaram de ser reprimidas pelas forças policiais. Desde então são realizadas várias manifestações e comícios a nível nacional para assinalar a data e celebrar as conquistas da classe operária.

Apesar de todas as conquistas a luta dos trabalhadores nos concedeu, hoje ainda há muito que fazer. Continuamos a lutar para que sejam erradicadas as desigualdades salariais entre géneros, contra a precariedade e pelo direito a uma vida digna. É necessário continuar a lutar para que o salário mínimo seja aumentado, para que nenhum operário perca os seus rendimentos e para que toda a classe trabalhadora tenha direito a proteção social. Que este Maio, como todos os outros, seja um mês de luta por um mundo em que todos os trabalhadores e trabalhadoras têm direito a uma vida digna e livre de opressões!

E AGORA, MARCHAMOS?

Miguel Martins



Foto: Tristan Billet @ Unsplash

Antes de mais, penso que estamos todas, todos e todes cientes de que a luta da comunidade LGBTI+ em Portugal ainda não acabou. Sim, é verdade que já conquistamos direitos: Podemos casar e podemos adotar. No entanto, será suficiente? A realidade é que ainda há muito a ser feito. Vivemos situações de desigualdade e de discriminação no nosso quotidiano, que nos são impostas como sendo “o nosso normal”, e que temos que aceitar. Falta-nos o acesso a cuidados médicos e programas inclusivos de Educação Sexual nas escolas, falta-nos a liberdade de podermos andar na rua sem medos, de podermos dar as mãos e partilhar afeto em público. Tudo o que nos falta é sinónimo de entraves para alcançar a igualdade na sociedade e na lei.

No entanto, a nossa luta não pode ser apenas pelo que falta alcançar em Portugal. Dos 195 países que existem, apenas 30 assumem o casamento entre pessoas do mesmo sexo como legal. Para além disso, em mais de 70 países, amar uma pessoa é algo criminalizado, podendo até mesmo levar a condenações à morte. Não podemos esquecer quem sofre fora de Portugal – a luta da comunidade LGBTI+ é uma luta internacional. Não podemos ignorar o que se passa nos EUA de Trump, na Rússia de Putin ou na Turquia de Erdoğan. Ninguém larga a mão de ninguém.

Como foi cantado pela escola de samba Estação Primeira de Mangueira, num belíssimo samba-enredo em homenagem a Marielle Franco, “é na luta que a gente se encontra”. Por isso mesmo, marchamos.

Marchamos pelos direitos que faltam conquistar. Marchamos porque queremos que a predefinição de sexualidade e de género acabem - queremos ser livres de ser como somos e de amar quem queremos. Marchamos para que os espaços de trabalho, as escolas, as casas, sejam lugares onde quem for LGBTI+ se possa sentir confortável e em segurança, independentemente da sua sexualidade ou género. Marchamos porque queremos que a sociedade nos veja como iguais, que nos veja como tendo os mesmos direitos que as pessoas cis-mono-heterossexuais e que vejam que não existem diferenças entre nós, porque ao contrário do que muitas pessoas pensam, o mais difícil não é “sair do armário”, mas sim viver o dia-a-dia, não correspondendo ao que é considerado “normal”.

Estamos em junho, mês do Orgulho. Nesta altura, costumamos marchar em vários pontos do país, desde o Norte ao Sul, do interior ao litoral, do continente às ilhas. Contudo, este ano é diferente. A determinada altura,

segundo a agência France Press, 52% da população mundial esteve em quarentena. Isto significa que uma em cada duas pessoas, num total de 7.8 mil milhões, esteve confinada face à crise sanitária que enfrentamos. A forma como vivemos foi profundamente alterada e, pelo menos durante os próximos meses, continuará assim. Isto faz com que se levante a seguinte questão: e agora, marchamos?

Temos que nos adaptar, dado que as condições que vivemos assim o exigem. Agora, enfrentamos um inimigo invisível, que ataca qualquer pessoa. Dado este contexto, para conseguir as mudanças urgentes e necessárias que queremos, para combatermos a discriminação que sofremos, precisamos de ter a sociedade civil do nosso lado. Não nos podemos afastar dela, caso contrário corremos o risco de ficarmos isolados.

Já marchamos de forma virtual, como aconteceu com a Marcha de Santarém ou com a de Vila Real. Continuaremos a fazê-lo, até porque, como demonstram estudos recentes¹, a maioria dos jovens LGBTI+ afirmou estar desconfortável no confinamento em família, bem como isolada de redes de apoio habituais.

Por tudo isto, ainda que adaptades à situação, marchamos.

¹ Equipa Sediada na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto (2020) REDES DE APOIO SOCIAL E SAÚDE PSICOLÓGICA EM JOVENS LGBTI+ DURANTE A PANDEMIA DE COVID.19



COVID E O VÍRUS DO DESINVESTIMENTO

Beatriz Simões e Jorge Albuquerque

No ensino secundário, a média leva-nos ao dilema paradigmático de alguns mal-afortunados: confiar no instinto e apostar num futuro que nos traz entusiasmo, ou rumar por águas calmas, rasas, e velar pela possibilidade, cada vez mais inverosímil, de uma longínqua segurança financeira, que supostamente alcançamos pelo ingresso no ensino superior? Eis a questão, a base existencial de qualquer estudante do ensino secundário. Isto para fins.

E os meios? Aquilo que é absolutamente primordial num sistema de ensino baseado em exame não é a aprendizagem de conteúdos, mas sua a regurgitação – decorar e colar; sabemos-lo, criticamo-lo. Apesar do esforço hercúleo de docentes, que procuram estimular a crítica e incentivar à participação entusiasta, não há espaço para espontaneidade e discussão frutífera na corrida até ao portão da DGEIS. Mas há que compreender o cerne da questão que o presente quadro comprovou. Mesmo perante um panorama sem precedentes, quando confrontados com a escolha entre a produtividade e o zelo do bem-estar e da saúde, a decisão parece óbvia: empurremos os catraios para a escola – o que importa é fazer exames! Provas de ingresso são inquestionáveis! O modelo de ingresso é inflexível! Não há pandemia que nos salve! Não há espaço para pôr em causa e refletir sobre as condições materiais em que os alunos tiveram aulas – “sempre foi assim!”. Importa saber que existem pessoas cujo ambiente familiar não favorece este modelo de ensino à distância – e mesmo que este seja presencial! A própria conjuntura de uma pandemia global e o facto de se avizinhar uma crise económica não são, exatamente, favoráveis à aprendizagem, mas o problema não chegou com o vírus.

Chega-se ao ensino superior e o cenário não é diferente; a pandemia estragou tudo para alguns, mas outros nem a isso chegaram. A lógica do utilizador-pagador que faz girar o sistema à volta da propina exclui milhares todos os anos, ou porque é importante para as famílias ter mais um membro a contribuir para o rendimento familiar – e, por isso, desde cedo começam a trabalhar, para fugir à pobreza extrema -, ou é o próprio desinvestimento público no ensino que torna os apoios sociais escassos e, assim, são muitos os que desistem de estudar quando lhes é recusada a bolsa. Se o problema não é de agora e a resposta já era tão fugaz, o contexto que vivemos hoje, obviamente, só trouxe mais miséria: veio a perda de rendimentos e o desemprego para muitas famílias e estudantes; são cada vez mais aqueles não



podem pagar e se vêem impedidos de continuar a estudar ou de entrar na universidade. Tal como no secundário, também aqui os meios importam: doam-se tablets e computadores para oferecer aos mais carenciados, mas até lá já eles perderam um semestre de aulas e umas quantas avaliações. Enfim, não podíamos prever que este vírus deixasse ainda mais à vista a falta de investimento no ensino e que, quem já tem pouco, com menos ficaria.

Quem estuda vive hoje tempos difíceis. A pandemia alterou a realidade de todas e todos, mas verdade é que não estamos todos no mesmo barco, e nunca estivemos. Se para uns se tornou mais difícil estudar, para outros é agora impossível. E se os problemas do sistema de ensino público já existiam e as suas fragilidades afetavam milhares todos os anos, é incompreensível termos de esperar por acontecimentos destes para refletir sobre desigualdades.

Posto isto, falar no regresso às aulas presenciais sem um plano para responder às falhas existentes é, no mínimo, irresponsável. Primeiro, é preciso pensar que a necessidade de distanciamento físico nos espaços de ensino vem reforçar a necessidade de investimento na contratação de mais docentes, para criar mais turmas (e isto traz também benefícios pedagógicos, há muito proclamados); depois, insistir num sistema em que só estuda e tem sucesso quem tem dinheiro é antiquado e o fim da propina, acompanhado pelo fim dos exames nacionais e uma reformulação no acesso ao ensino superior já vem tarde.

LUIS SEPÚLVEDA A LUTA QUE NÃO DEIXA ESQUECER

Catarina Ferraz

A 4 de outubro de 1949, na comuna de Ovalle, nascia Luis Sepúlveda. Escritor, jornalista, realizador, dedicado à luta e ao ativismo político latino-americano e ambiental é dono de histórias que encantaram milhares de jovens durante anos. O autor chileno, falecido em abril de 2020, deixa-nos a sua luta, o seu percurso e as suas ideias que, ainda nos dias de hoje, estão tão vivas e essenciais.

Luis Sepúlveda cresceu no Chile, filho de pai cozinheiro e comunista, e em contacto com a luta social desde novo, juntou-se às fileiras da Juventude Comunista chilena aos 15 anos. Foi expulso da mesma quando regressava ao seu país de origem, após ter sido obrigado a abandonar a Universidade Lomonosov, em Moscovo, por ainda manter contacto com alguns dissidentes soviéticos. Em 1973 une-se ao Partido Socialista Chileno, alisando-se como segurança pessoal de Salvador Allende, fundador do partido e presidente do país. Nesse mesmo ano, Augusto Pinochet, ditador totalitário e responsável pelo golpe de 11 de setembro de 1973 contra o estado democrático, chega ao poder. Sepúlveda foi preso, julgado e torturado; apenas devido à intervenção da Amnistia Internacional viu a sua longa e dura pena ser reduzida e transformada em exílio mandatário na Suécia.

“Eu estava entre os 3500 detidos na prisão no 25 de abril. Lembro-me, de manhã, de ver os soldados preocu-

pados, com medo. Perguntamos o que tinha acontecido e um deles disse uma frase que nunca esquecerei: ‘Vocês ganharam em Portugal’. Os 3500 tínhamos ganho algo a quase 20 mil quilómetros de distância.”

Nos seus anos de exílio nunca desistiu da luta e dedicou-se, em grande parte, à escrita, abordando sempre tópicos remetentes às suas experiências e àquilo em que acreditava. Disse, numa entrevista à Rádio Renascença que “os escritos oficiais se dedicam a destacar os vencedores e os grandes feitos. A literatura preocupa-se em contar a vida dos pequenos, geralmente perdedores e derrotados, que são os mais interessantes na história.” A verdade é que as obras de Sepúlveda nos abraçam com histórias com finais felizes e infelizes, mas, sobretudo, realistas, que mostram que a luta política ainda tem muito pela frente.

A sua obra mais vendida “O velho que lia romances de amor” é dedicada a Chico Mendes, forte defensor da floresta da Amazônia e das populações indígenas, que fora barbaramente assassinado por uma família de grileiros. A Amazônia, zona tão querida ao escritor, que no ano de 2019 trouxe milhares de pessoas às ruas, um pouco por todo o mundo, a gritar pela libertação dos interesses do capital e das grandes empresas, que todos os dias lucram com a sua destruição.

O livro “História de Uma Gaivota e do Gato Que a Ensinou a Voar”, lido e analisado por milhares de jovens em centenas de escolas portuguesas é de uma sensibilidade fenomenal. É um livro com cariz político, de sensibilização ambiental que nos fala da poluição do alto mar, e como isso afetou a vida de uma gaivota e da sua futura cria.

Sepúlveda ensina-nos, através da sua história e das suas estórias, que a luta tem de continuar sempre, independentemente das angústias que a tentam travar.



fotografia de Aniel Mordzinski para o El Mundo

“TUDO, O QUE ERA SÓLIDO E ESTÁVEL DESVANECEU-SE NO AR”

Tomás Marques

Há cerca de 150 anos escreveram Marx e Engels no seu Manifesto Comunista: “Tudo o que era sólido e estável desvaneceu-se no ar (...) os Homens, finalmente, vêem-se forçados a encarar as suas condições de existência e as suas relações recíprocas”.

Passe o anacronismo histórico, esta afirmação reveste-se hoje de uma inegável atualidade. As respostas à pandemia do COVID-19 parecem ter colocado em causa um conjunto de “dogmas”. De um momento para o outro, nem o mais fanático dos liberais que por aí pululam colocou em causa a necessidade imperativa de uma intervenção estatal. Num momento de incerteza, só o Estado podia assegurar alguma “normalidade”: salvaguardando postos de trabalho, o pagamento de salários e, com uma especial



Foto: Remy Gieling @ Unsplash

importância, assegurando a todos os cidadãos o direito à saúde. “Este é o momento em que o Estado tem de defender os cidadãos e não pode falhar” escrevia, veja-se, a Iniciativa Liberal. O modelo de consumismo do capitalismo contemporâneo revelou-se inoperante em tais condições e o brutal impacto da pandemia nas transportadoras aéreas é sintoma desta realidade que atingiu com particular intensidade uma economia como a nossa tão dependente de setores como o turismo.

A reconstrução económica de que hoje se fala tem de passar necessariamente pela recuperação para a esfera pública do controlo dos setores estratégicos da economia vendidos ao desbarato durante décadas, desmantelando muito daquilo que fora conquistado nos tempos que se seguiram a Abril.

Os casos da EDP e da REN são paradigmáticos. Portugal e Inglaterra são os únicos países na Europa com a rede de transporte de energia totalmente privada. A privatização da EDP entregou o monopólio da energia ao Estado Chinês, perdendo assim qualquer capacidade de decisão ou de controlo estratégico, ou seja, abstando-se de assegurar à população um serviço de qualidade e a um preço justo. Portugal é hoje o quarto país da UE com a energia mais cara e isso não é obra do acaso[1].

Poderíamos repetir este mesmo exercício com os CTT (Portugal figura na lista de apenas 4 países europeus com serviços postais totalmente privados) instituição que desde a sua privatização continua a distribuir dividendos acima dos lucros enquanto despede trabalhadores e encerra estações por todos o país. Poderíamos ainda falar da TAP, vendida a preço de saldo num negócio altamente lesivo para o Estado, algo que a compra de 50% do capital pelo Estado em 2015 não resolveu. Os últimos anos foram profícuos para quem faz vida do desbaratar do que é público.

A crise pandémica colocou em evidência (uma vez mais) as limitações dos mercados e a sua incapacidade de lidar com uma crise. Por outras palavras, demonstrou que o sistema neoliberal responsável por um constante acentuar das desigualdades sociais não nos serve. Em simultâneo, demonstrou a importância central dos serviços públicos e a necessidade de um planeamento económico democrático.

O Espírito de 45’, retratado no documentário de Ken Loach parece-nos algo voltado para o futuro. O povo britânico concluía, após a Segunda Grande Guerra, que a paz teria de estar associada a uma profunda



transformação social. Com a vitória dos trabalhistas triunfara a ideia de um Estado Social, ainda em construção, como algo comum, da indústria e do sistema de transportes nacionalizados como uma forma de servir o coletivo.

A certa altura do filme diz um mineiro: “se pudemos trabalhar em conjunto para salvar vidas, não vejo porque não o podemos fazer para construir um mundo melhor”. Passadas quase oito décadas, continuamos a procurar responder a desafios como este.

Ao contrário do que muitos fazem crer, há alternativas à política neoliberal e à ditadura dos mercados. É certo que nada mudará por acaso e as lutas sociais e políticas ocupam um papel central nesta disputa pela criação de uma dinâmica de mudança. Como diz a canção: Troquemos-lhes as voltas que ainda o dia é uma criança.

[1] Dados da Eurostat: <https://ec.europa.eu/eurostat/documents/2995521/10826603/8-07052020-AP-EN.pdf>

MANIFESTAÇÕES E CONCENTRAÇÕES

MANIFESTAÇÃO DE DIA 6 DE JUNHO

A crise pandémica transformou-se numa crise económica e social. Vários coletivos (estudantis, feministas, climáticos) convocaram uma mobilização por uma resposta social à pandemia, sob o mote "Resgatar o Futuro, Não o Lucro". Nos EUA, o assassinato de George Floyd às mãos da polícia de Minneapolis foi o catalisador para manifestações por todo o mundo. A violência do racismo estrutural foi a última gota num caldeirão de sentimento de injustiça perante as desigualdades sociais vividas nos EUA, de todo alheias à questão racial - a comunidade negra é a mais afetada pela pandemia, não só em termos sanitários, mas também económicos. A luta por uma resposta socialista à crise da Covid-19 juntou-se à luta antirracista também em Portugal. A "Resgatar o Futuro, Não o Lucro" juntou-se aos coletivos antirracistas que trouxeram dezenas de milhares à rua em Lisboa, Porto, Coimbra, Lagos, Aveiro, Braga, Faro, Funchal, Guarda, Viseu e Santarém.



Foto: Ana Mendes



Foto: Ana Mendes

CONCENTRAÇÃO BEATRIZ LEBRE - 4 DE JUNHO

À porta do ISCTE, em Lisboa, dezenas de pessoas reuniram-se para prestar homenagem a Beatriz Lebre. A estudante de 22 anos foi assassinada por um rapaz que a perseguiu e não foi capaz de aceitar a rejeição. Mais uma vítima de violência machista. Nesta concentração, escreveram-se mensagens de homenagem não só a Beatriz como a todas as mulheres assassinadas em contexto de violência de género na parede exterior do ISCTE.

MANIFESTAÇÃO INTERMITENTES DA CULTURA - 4 DE JUNHO

Dia 4 de Junho, profissionais do setor da Cultura manifestaram-se por medidas de emergência para o setor. Uma das suas palavras de ordem foi "Parados. Nunca calados". Estas manifestações tiveram lugar em Lisboa, Porto e Faro.



Foto: @esquerda.net



Foto: Rita Sarrico

CONCENTRAÇÃO "FORA BOLSONARO!" - 14 DE JUNHO

Dia 14 de Junho, dezenas de pessoas juntaram-se no Rossio, em Lisboa, em protesto contra as políticas genocidas do governo brasileiro. Jair Bolsonaro, é o responsável por uma política desastrosa de combate ao coronavírus e por uma política genocida face aos povos indígenas.

20 a 26 Julho ONLINE

PROGRAMA

20/06 | 21h00
COMO RESPONDER À CRISE DO COVID E À CRISE CLIMÁTICA?
 Com Marisa Matias, José Gusmão e ativista da Greve Climática

21/06 | 21h00
ESPAÇO FEMINISTA

22/06 | 21h00
DEBATE ANTIRRACISTA com Bruno Gomes e ativista por confirmar

23/06 | 21h00
ESPAÇO LGBT

25/06 | 21h00
LIÇÕES DA AUSTERIDADE com Francisco Louçã, Mariana Mortágua e Mariana Esteves

26/06 | 21h00
ENCERRAMENTO "A CRISE DO COVID E O SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE" com Catarina Martins, Moisés Ferreira e Bruno Maia.

Foto: Allie Smith @ Unsplash

ADERE AO BLOCO

Este formulário é uma pré-adesão ao Bloco de Esquerda. Depois de o preencher, serás contactado/a para formalizar a adesão e o pagamento da quota anual (Valor mínimo: 15 euros). Entrega este formulário preenchido numa sede do Bloco.

Nome: _____

Morada: _____

E-mail: _____

Código Postal: _____

Localidade: _____

Telefone / Telemóvel: _____

Data de Nascimento: (dd/mm/aaaa): _____

Emprego / Actividade: _____

País: _____

Ficha Técnica

Equipa Editorial: Mafalda Escada, Tomás Marques, Leonor Rosas, Beatriz Farelo, Beatriz Simões, Catarina Agreira, Igor Gago, Teresa Amorim
Sede Nacional do Bloco: Rua da Palma, 268, Lisboa | esquerda.net | [Facebook.com/jovensBE](https://www.facebook.com/jovensBE)

